
A ORGANIZAÇÃO MILITAR TERRITORIAL FRANCESA

164

António Eduardo Q. Martins Barrento

Tenente-coronel
Professor do IAEM

A ORGANIZAÇÃO MILITAR TERRITORIAL FRANCESA (*)

1. INTRODUÇÃO

As Forças Armadas Portuguesas debatem-se há alguns anos com numerosos e complexos problemas que decorrem, entre outros factores, das faltas de uma política de defesa e de definição concreta do que delas se espera, e da grande mutação que é transformar quantidade em qualidade, improvisação em planeamento, artesanato em produção racional.

Entre estes problemas está o da Organização Territorial das Forças Armadas.

Porque tivemos a oportunidade de acompanhar de perto, durante algum tempo, as Forças Armadas Francesas, cuja organização nos parece de um modo geral ajustada aos objectivos que lhe foram fixados, tendo em conta as suas potencialidades e limitações, pensamos que será vantajoso apresentar por escrito o nosso depoimento. De facto, se não existem organizações-modelo de aplicação universal, as várias soluções, que nos diversos países foram encontradas e testadas, devem sempre constituir matéria de reflexão quando temos que estudar um problema desta natureza. Assim, ao optarmos ou ao rejeitarmos certas soluções, a nossa escolha é, no mínimo, mais consciente.

Além disto, e apesar da modéstia do trabalho, pensamos estar de algum modo a amortizar o investimento que em nós foi feito e que por razões diversas, a que não são estranhas a nossa proximidade da doutrina americana e o empirismo da nossa Administração de Pessoal, a própria Organização não cuida em capitalizar.

*
* *

Para a abordagem do assunto, porque se trata de um problema complexo, partimos de duas ideias muito simples.

(*) Este trabalho é uma aproximação escrita da conferência que, com o mesmo título, fizemos no Instituto da Defesa Nacional ao Curso Interforças, em Julho de 1981.

A primeira é que a organização territorial não é de geração espontânea, antes dependendo de numerosos e imbricados factores que, a não serem abordados previamente, tornam inteligível o quadro que se apresenta, desenhando um panorama de violência intelectual.

A segunda, que nos ocorre frequentemente quando pensamos na França, e que está na abertura do «De Bello Galico» de César, é que «a Gália está dividida em três partes», pretendendo o autor dizer que na unidade gaulesa havia uma diversidade de «paisagens» físicas e humanas, que o levavam a considerar a existência duma Gália nórdica, mais próxima do seu «cousin germain»; uma Gália setentrional, mediterrânica; e uma Gália charneira, híbrida, que se individualizava por se não identificar com nenhuma das outras. Porque esta divisão ternária, sem ser coincidente com as áreas geográficas que César traçou, se apresenta como uma quase constante histórica francesa, achamos de interesse referi-la nesta fase preambular. Com efeito, lá vemos nos finais do século XVI e no século XVII a França dividida entre católicos, protestantes e expectantes, que nem a revogação do Édito de Nantes conseguiu completamente diluir; e, mais recentemente, a França dividida entre conservadores que desejavam a manutenção do «statu quo», progressistas que pretendiam alterar o «statu quo», e expectantes que pareciam aceitar o «statu quo» que o veredicto popular determinasse. Esta divisão ternária não impede, porém, que exista uma unidade, normalmente conseguida pelo «Drapeau» (também ele tricolor!) e por uma chefia aglutinadora. No primeiro caso é Henrique de Navarra que justifica a tomada do poder dizendo que «Paris vale bem uma missa»; no segundo é François Mitterrand que poderia ter dito que «Paris vale um relativo afastamento do P. C. F.» (aliás, também este, um ritual). Esta é, em nosso entender, uma das dificuldades da apreciação do percurso histórico francês numa óptica marxista, porque não estão normalmente em presença uma tese e uma antítese, mas antes se verifica um «triálogo» entre uma tese, uma antítese e uma síntese, sendo já esta um elemento dialogante (por vezes, mudo) antes da mutação.

Também na organização territorial deparemos com uma trindade, os três ramos das Forças Armadas, com as suas lógicas, os seus meios, a sua especificidade e a sua organização individualizada, ainda que concorrentes para a missão global. E também nela encontramos os «Césares» que são o Ministro da Defesa em situação normal e o Chefe do Estado-Maior

— CEMA — ⁽¹⁾ após a passagem do Rubicão (o estado de crise), ou mesmo aquém do Rubicão, quando está a pensar em Roma, ou seja, quando antes da crise emprega forças operacionais, o que é normal na situação de «Paz-Guerra» em que vivemos e particularmente visível nas potências que dispõem de capacidade de retaliação nuclear. Além disso, ainda podemos considerar a existência de um super-César, o Presidente da República, pois de acordo com o que se encontra estatuído só ele tem o poder de decisão para desencadear o «Holocausto».

É pois a partir destas duas ideias, a não geração espontânea da organização territorial e a «trindade» da França, que articulámos o nosso trabalho. Num primeiro passo apresentaremos aquilo que consideramos como os principais influentes da organização territorial e cuja selecção, por subjectiva, é controversa; num segundo passo retrataremos as organizações territoriais dos três ramos das Forças Armadas; e, finalmente, fecharemos com algumas conclusões.

2. PRINCIPAIS INFLUENTES DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

2.1. O homem

Começamos deliberadamente com o Homem francês porque ele é o elemento atómico, com vontade, de todo o sistema de defesa. É ele que vota, é ele que paga e é ele quem executa a defesa. Sem quaisquer pressões de o conhecer profundamente, o que seria estultícia (quantas vezes nem o português conhecemos, para não falar de nós próprios), julgamos que ele possui determinadas características com vincada influência na defesa.

A primeira, de que muito se fala, é o seu cartesianismo que por vezes nos apresentam como a capacidade que tem para conduzir um raciocínio lógico, não sendo esta significação linear, quando ouvimos franceses oporem o seu cartesianismo ao pragmatismo inglês (não cremos o pragmatismo inglês ilógico ou empírico). Outras vezes seríamos tentados a identificá-lo com a dúvida quase sistemática que está no germe da razão científica, mas também nesse campo nos interrogamos se o dito cartesianismo chega para que o francês duvide quase sistematicamente de alguns

⁽¹⁾ Chef d'Etat Major des Armées.

dogmas da sua «Inteligentzia». Temos dúvidas. Seríamos então tentados a concluir que o francês se julga mais cartesiano do que é, e que gosta deste adjectivo porque Descartes é um marco do pensamento e da filosofia, porque Descartes é francês. No entanto, parece-nos possível pensá-lo «cartesiano», se aceitarmos que lhe serve a seguinte bandeira: «Je me défend, donc je suis Français». Como, porém, a ligação entre a capacidade e vontade de defesa e a identidade nacional não parecem ser apanágio do povo francês, porque existem em quase todas as Nações, esta nossa interpretação parece precipitada... Só que os franceses tiveram recentemente, nos anos 40, oportunidade de demonstrar que, quando se não defenderam, surgiu uma crise de identidade que gerou duas «franças» e um trauma, que ainda hoje afectam a sociedade francesa. Neste ponto, pois, o seu «cartesianismo» parece-nos importante para a compreensão da problemática de defesa.

A segunda das características com que normalmente se adjectiva o povo francês é o seu «chauvinismo». Sendo o chauvinismo um nacionalismo exacerbado, também aqui pensamos não terem os franceses o exclusivo. As diferenças que podem existir, e que em nosso entender existem, são essencialmente de grau e de qualidade. De grau, porque com um certo alheamento da conjuntura internacional e do peso real da França de hoje no contexto das nações se verifica, de facto, um certo «galocentrismo»; de qualidade, porque apesar de ele se manifestar em diversos sectores, parece mais evidente na área intelectual, onde o francês aceita que aquilo que emana da sua inteligência é o melhor.

Como terceira característica temos aquilo que chamamos o «journalismo» francês, que tem sentido ambíguo, por se referir a dois «Jourdan» diferentes. O primeiro, que está na origem da lei da conscrição, na época revolucionária, e que deixou marcas muito nítidas na democracia francesa. Ainda hoje quando se discutem e opõem a profissionalização e a conscrição, é Jourdan quem obtém o consenso. O segundo, o Mr. Jourdan de Molière, que queria passar de burguês a gentil-homem e que descobriu, face à sua inaptidão para a poesia, que durante toda a vida tinha feito prosa sem o saber. Tendo sido banido o gentil-homem como classe social, ainda hoje a vontade de ascensão do Mr. Jourdan é muito nítida no homem francês, conduzindo ao aburguesamento da sociedade; e também hoje o francês pode ser isto ou aquilo, coisas muito divergentes, mas como o Mr. Jourdan que constatou toda a vida ter feito prosa inconscientemente, ele é «muito Francês» sem o saber.

2.2. *A técnica*

Particularmente depois da revolução industrial, a França sempre tem tratado, acarinhado, protegido e utilizado a sua «inteligência». Por este facto e por várias razões de conjuntura, a França dispõe hoje, no panorama das nações industriais, de uma tecnologia que, entre outros campos, se pode notar na electrónica e informática, na construção naval e aeronáutica, nos meios militares de movimentação terrestre, a que não é alheio o desenvolvimento da sua indústria automóvel, e na área do armamento, onde se coloca no terceiro lugar da exportação mundial e onde domina o átomo. Obviamente a sua capacidade de defesa tem que ser significativamente influenciada por esta situação. Na verdade, ela permite vender avultados «itens» de defesa que fazem diminuir o custo por unidade dos seus próprios meios; possibilita a testagem desses meios noutros Países, facultando assim o seu aperfeiçoamento e diminuindo os custos da experimentação; garante a continuação de um esforço de pesquisa cada vez mais necessário num mundo onde a competição é feroz e que para a defesa, onde se opõem vontades e tecnologia, se caracteriza pela essencialidade; e permite dispor da existência de poder de fogo, de capacidade de movimento e de possibilidade de ligação e informação, por um lado avançados e por outros franceses ou semifranceses, o que dá sem dúvida credibilidade à defesa.

2.3. *As grandes opções*

Parece à primeira vista que seria lógico que tivéssemos aberto os factores influentes com as grandes opções. Não o fizemos, propositadamente, pelo realce que quisemos dar ao homem e porque tanto ele como a técnica exercem já nítida influência naquilo que consideramos as grandes opções francesas, que julgamos não sofrerem alterações significativas com a coloração que possa ter, no tempo, o poder político.

Consideramos, como primeira grande opção, um objectivo de raízes muito profundas e que parece claramente consolidado, o da manutenção do estado democrático. Se é certo que existe uma dialéctica permanente entre o aburguesamento, com a consequente lassidão da sociedade francesa, e as necessidades de defesa (a nova geração, a que os franceses chamam «bof-génération», responde «bof!» quando lhe apresentam valores

a defender que exigem sacrifícios), não é menos verdade que esta oposição entre o bem-estar e a segurança não parece pôr em causa o estado democrático francês.

Como segunda grande opção referimos o sentimento muito profundo de independência nacional, a que o poder político dá inteira satisfação, acrescentando-lhe porém a necessidade de não isolamento. Este sentimento, cuja intensidade julgamos utópica e anacrónica, pela interdependência que rege hoje as relações entre Estados e pelas correntes muito activas de regionalismo (macro e micro, como são os fenómenos Europeu e Bretão) leva a França a estar na Europa sem abdicar da sua soberania; conduz a França a pertencer à Aliança não aceitando porém a organização integrada; e intensifica o seu diálogo com o Sul, devido à grande dependência em matérias-primas vindas do exterior, particularmente no campo energético.

Como terceira grande opção surge-nos o objectivo da manutenção do «status» dissuasivo, o que obriga a dispor de forças militares poderosas e a dar credibilidade ao seu emprego, ou seja, a actualizar essas forças e a manifestar vontade de as utilizar.

Como quarta grande opção referimos a rejeição, «a priori», do suicídio nuclear, o que a obriga a colaborar na «détente», procurando assim evitar afrontamentos e permitindo-lhe existir no palco das superpotências. Entre outras vantagens, como o poderem conduzir com uma certa independência a sua política, satisfazem assim o seu «Ego». Isto, porém, impõem-lhe a constante revisão dos seus meios estratégicos e tácticos, tarefa onerosa e que exige apurada atenção, pois obriga a pôr em causa, constantemente, a capacidade dos seus meios e das doutrinas que regem o seu possível emprego.

2.4. *As instituições*

Quando enunciamos as instituições como factores influentes da organização territorial, não nos referimos às instituições que decorrem da actual Constituição, mas apenas a determinadas situações de facto que consideramos como quase-instituições do Estado Francês. São elas o presidencialismo, a subordinação do vector militar ao poder político e o peso da divisão administrativa.

A primeira, o presidencialismo, tem bases históricas no centralismo de «l'ancien régime»; tem fundamento sociológico decorrente da persona-

lidade de certos chefes (De Gaulle justificava a tonalidade autoritária da sua chefia na dificuldade de se governar um país que tem 300 queijos diferentes!); e resulta de razões de conjuntura externa, interna e tecnológica. Estas últimas razões, que julgamos decisivas no sistema presidencialista que se pratica, surgem-nos evidentes se fizermos uma breve retrospectiva. Na IV República o Presidente da República tinha o título de Chefe das Forças Armadas; na V República, na Constituição de 1958, o Presidente da República define-se como o garante da independência nacional e da integridade do território, mas o Primeiro-Ministro é responsável pela defesa nacional; a Lei de Defesa Nacional que em 1959 regulamenta os preceitos constitucionais confirma o Primeiro-Ministro nas funções de «Generalíssimo» (responsável pela conduta superior das operações) e cria os Conselhos de Defesa, presididos pelo Presidente da República; em 1960 o Parlamento aprova a criação da «Force de Frappe» e dá-se a primeira explosão nuclear no Sara; em 1962, ano da crise de Cuba, o Presidente da República passa a presidir aos Conselhos com poder de decisão, competindo ao Primeiro-Ministro assegurar a execução das decisões do Conselho; em 1963 o Presidente da República explica aos franceses a relação entre o sistema da eleição do Presidente pelo sufrágio universal e a poderosa força de destruição de que a França dispõe; em 1964, passa a competir ao Presidente da República, Presidente dos Conselhos de Defesa e Chefe das Forças Armadas, e a ele só, o empenhamento da Força Aérea Estratégica, o primeiro vector que se tornou operacional; em 1966 a França sai da organização integrada da Aliança. Esta sequência parece afirmar, sem reticências, a marcha do presidencialismo e a sua relação com a arma nuclear, ficando-nos apenas a dúvida se o Presidente assumiu atribuições que pela Constituição competiam ao Chefe do Executivo, ou se ele mesmo passou a ser o Chefe do Executivo.

Quanto à subordinação do vector militar ao poder político, ele apresenta-se com muita clareza, como seria normal esperar-se da antiguidade e características da Revolução, e como é apanágio dos países ditos civilizados. Sem constituírem soluções de continuidade, vemos porém em 1870 existir uma certa confusão nesta hierarquia pelo facto de o Governo estar cercado em Paris e de o Exército estar na retaguarda das forças sitiadas; vemos em 1914-1918, pelo prolongamento da guerra que os franceses previam de curta duração, criar-se uma justaposição, em que Joffre conduz a guerra e o Governo a não guerra; e nos anos 40, por razões semelhantes

às de 1870, atenuar-se novamente a hierarquia, confundindo-se os dois níveis. Entretanto, os organogramas actuais da chefia suprema em tempo de paz (Anexo A) e em tempo de guerra (Anexo B) parecem afirmar sem sofismas a subordinação indicada.

Como terceira instituição referimos o peso da divisão administrativa, pela sua dinâmica no Estado francês. Na verdade ela é um elemento muito antigo da governação da França, já patente quando os intendentos reais substituíram a nobreza feudal; ela é, apesar do conflito permanente entre centralização e descentralização, um elemento actuante deste diálogo, o que prova a sua vitalidade; e ela tem tido, através dos tempos, no absolutismo esclarecido, no império, ou na república, uma certa vocação de defesa.

2.5. *Missões e doutrina estratégica*

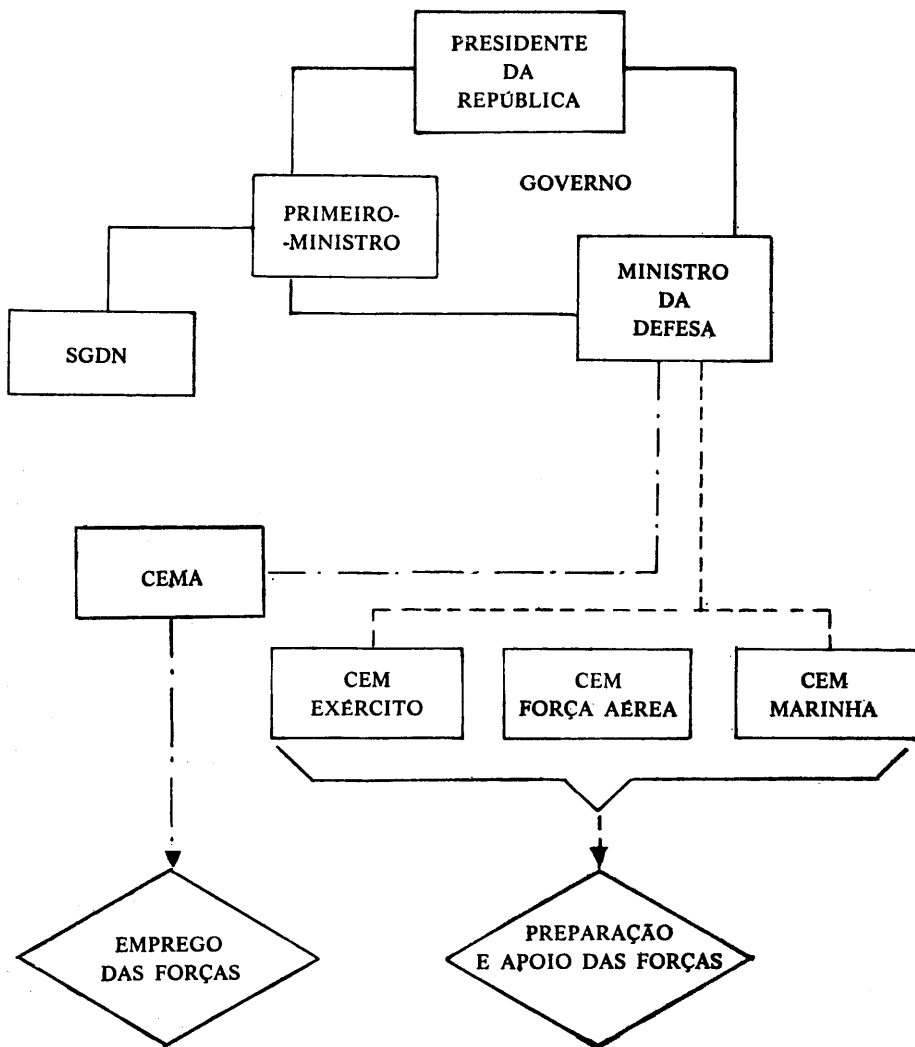
As principais missões das Forças Armadas ou, com mais propriedade, os seus prováveis empenhamentos, são factor essencial da organização territorial, porque sendo esta a implantação das estruturas fundamentais de defesa, a sua eficácia afere-se na capacidade que tenha de apoiar aquelas.

Os franceses consideram três cenários prováveis de empenhamento das suas Forças Armadas: no teatro Europeu, no quadro da Aliança ou desligado dela, com as suas melhores forças e com a finalidade de garantir o «santuário» francês; na segurança do território nacional, contra qualquer tipo de ameaça, em ligação ou não com o cenário anterior, empregando todas as forças ou aquelas que estejam disponíveis; e a intervenção em acção exterior, com forças vocacionadas para esta missão e com a finalidade de proteger o interesse da França e dos franceses, normalmente a coberto de acordos de defesa ou de cooperação.

Diz-se que Bismark teria afirmado a propósito do entusiasmo francês no Norte de África que o «galo gaulês tinha nas areias de África muito onde esgravatar e gastar as unhas». De facto, essa usura fez De Gaulle abandonar o eremitério de Colombey para, conforme o dizer curioso de Pierre Miquel, vir novamente como um rei franco tratar com os sarra-cenos.

De Gaulle escrevera em 1934 «Vers les armées de métier», onde advogava a existência de um potente corpo de batalha profissional e de uma força de retaguarda de conscritos. Não é pois de estranhar que, resolvido o problema argelino e domesticado o átomo, a reconstrução das For-

ANEXO A — ORGANOGRAMA DO TEMPO DE PAZ



ças Armadas se articulasse num núcleo altamente profissionalizado para gerir as armas nucleares estratégicas e num conjunto de forças de superfície, relativamente fracas, para a defesa do território. O tempo porém se encarregaria de degradar a solidez desta construção, pelo aparecimento de doutrinas estratégicas mais flexíveis, a que a França não poderia continuar a responder com a sua teoria do «tout ou rien». Com efeito, face ao aparecimento de ideias e armas de resposta graduada, a doutrina francesa perdia a sua credibilidade, pois deixava de ser lógico (se é que alguma vez o foi) que a França escolhesse o suicídio nuclear, perante uma agressão menor. A panóplia francesa estava pois incompleta, dispondo apenas de um elemento altamente destruidor, as suas armas nucleares estratégicas, e de um elemento minimamente dissuasivo, as suas forças de superfície. Para preencher o vazio gerado nesta panóplia ou a França levantava umas poderosas forças convencionais, solução dificilmente aceite pelos elevados custos financeiros e sociais; ou a França remodelava completamente o seu arsenal nuclear, capacitando-o também, mercê de afinadas precisões, a constituir-se numa arma contra forças, solução igualmente onerosa e tecnologicamente difícil; ou a França conseguia uma solução de compromisso, utilizando a sua tecnologia nuclear e aperfeiçoando o seu corpo de batalha. Foi a terceira solução que foi eleita e conseguida a partir de 1974, com o aparecimento da ANT⁽²⁾ e a criação de um corpo de batalha moderno que tornasse rentável a utilização daquela arma. Assim, a actual doutrina francesa consiste em, face a uma agressão ou ameaça de agressão que ponha em perigo a sua segurança, empregar a arma nuclear táctica, causando destruições de tal maneira volumosas nas forças adversas que obriguem o inimigo a repensar a agressão, mostrando simultaneamente a «vontade» que existe em empregar a totalidade do arsenal nuclear, se tal se tornar necessário.

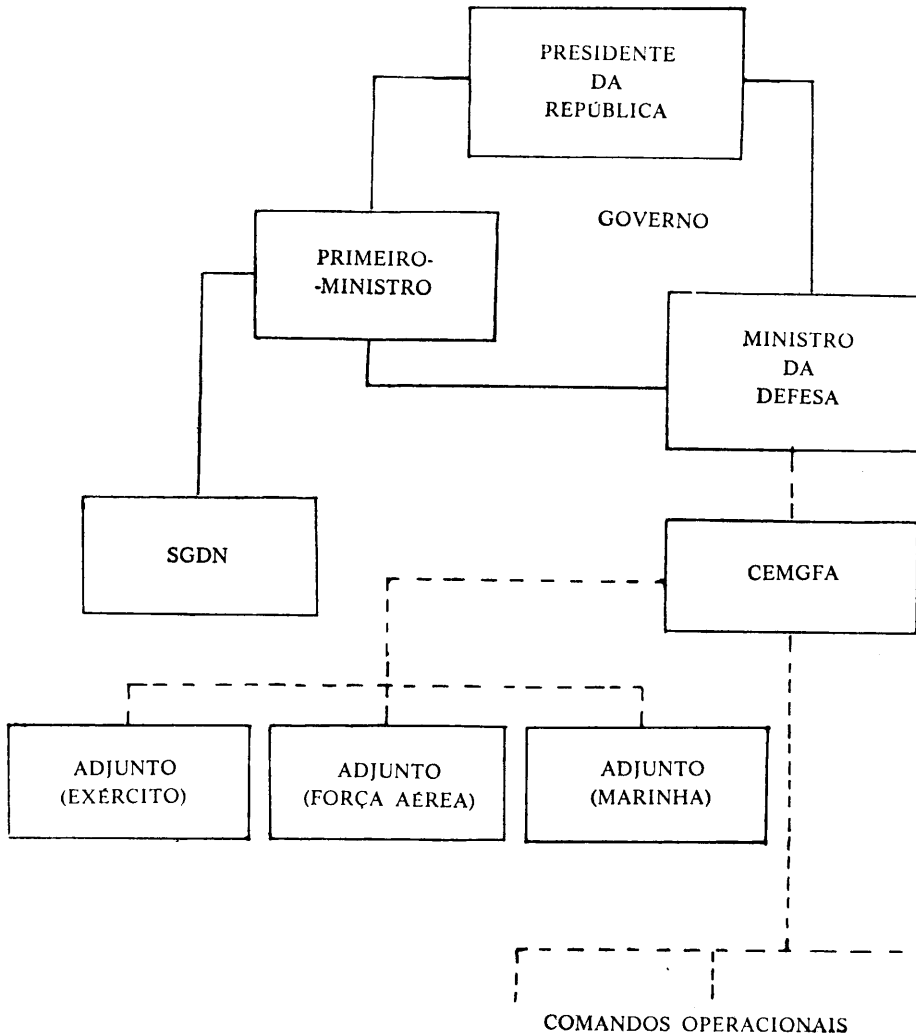
3. A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL⁽³⁾

Apresentados estes factores, que em nosso entender respondem a muitas das interrogações que teríamos se fôssemos directamente colocados perante a organização territorial, vamos agora desenhar as soluções que os vários ramos das Forças Armadas encontraram para o problema.

(2) Arma Nuclear Táctica.

(3) Apenas se considerou a organização territorial da França Metropolitana.

ANEXO B — ORGANOGRAMA DO TEMPO DE CRISE



3.1. *O Exército*

A organização do Exército, imediatamente antes de 1976, compreendia três tipos de forças: Forças Territoriais, Forças de Manobra e Forças de Intervenção.

As Forças Territoriais previam o seu empenhamento na defesa em superfície do hexágono, que para o efeito estava dividido em 7 Regiões Militares e 22 Divisões Militares. Nelas se encontravam vários Regimentos que, devido à modéstia dos seus meios, se poderiam classificar de operacionalidade limitada, ainda que aptos a fazer face a «ameaças menores».

As Forças de Manobra tinham como elemento fulcral da organização os Regimentos Pluton, com capacidade nuclear táctica, e estavam preparadas e equipadas para intervir no T. O. Europeu, no quadro da Aliança ou independentemente desta. Eram constituídas por um Comando de Exército de Campanha, a 2 Corpos de Exército, a 5 Divisões, tendo cada Divisão 2 Brigadas Mecanizadas e 1 Brigada Motorizada.

As Forças de Intervenção, aptas para actuar fora da Europa, eram constituídas por 1 Divisão Pára-quedista e 1 Brigada de Infantaria de Marinha, ambas vocacionadas para intervir no «Ultramar».

A partir de 1976 dá-se uma reorganização profunda no Exército, tendo como princípios mais destacados a economia, a polivalência, a mobilidade e a flexibilidade de mobilização.

Para respeitar o princípio da economia fundiram-se comandos e aboliu-se o escalão brigada com a consequente libertação de infra-estruturas e de pessoal; adoptou-se uma organização quaternária que conjugada com a utilização de materiais mais evoluídos, como a artilharia de 15,5 de elevada cadência e longo alcance, permitiu reduzir os elementos de apoio; e conseguiu-se uma redução de efectivos imposta pelo Parlamento, procurando-se em contrapartida uma melhoria de qualidade, através de um novo sistema de instrução mais participativo, que pretendia, também, contrariar a lassidão da juventude francesa, levando-a a empenhar-se mais conscientemente na defesa.

O princípio da polivalência diz respeito à fusão, já referida, de comandos, mas principalmente à versatilidade das forças. Os comandos deixaram de ser, como até 1976, exclusivos de um tipo de forças e de um só cenário, para poderem cumprir mais do que uma missão, com forças variáveis. Isto foi conseguido já com alguns comandos, esperando-se alargar o

conceito a todos aqueles onde tal fusão seja possível. A polivalência das forças origina que, apesar de continuarem a existir algumas unidades mais vocacionadas para certas missões, é possível às Grandes Unidades pela sua organização, localização, instrução e equipamento, actuarem em mais de um dos três cenários indicados — T. O. Europeu, D. O. T. ⁽⁴⁾ e intervenção exterior. Logicamente esta polivalência tem limites, mas a Divisão Alpina pode actuar como uma D. I. dum Corpo de Exército na Europa; a Divisão Blindada, mais apta para ser utilizada no corpo de batalha, pode ser empregue na D. O. T.; e até as Divisões Derivadas, levantadas na mobilização, ainda que preferencialmente voltadas para a D. O. T., podem ser empregues fora da sua Região Militar, por virem a ser equipadas como qualquer outra Divisão de Infantaria.

O princípio da mobilidade é conseguido essencialmente à custa da melhoria dos meios de deslocamento, mas também da computadorização dos movimentos entre as sedes das unidades e as zonas de provável emprego. A total mecanização das forças de manobra e a organização dos movimentos permitem, simultaneamente, ter-se em tempo de paz um dispositivo mais disperso, menos vulnerável e mais apto para a D. O. T., e obter-se a concentração de meios que outras actuações exigem, mas que são mais evidentes na previsão do empenhamento no T. O. do Centro e Norte da Europa. Consegue-se assim uma malha territorial mais harmoniosa e uma concentração oportuna, quando necessário.

A maior flexibilidade da mobilização foi conseguida pelo levantamento de unidades derivadas. Assim, vários Regimentos dispõem de um núcleo de activo do «regimento-gémeo», encarregado da instrução dos quadros dessa unidade (quadros de reserva) e da manutenção da operacionalidade do material para os equipar. Decretada a mobilização, esses regimentos são levantados, quase que duplicando o número de divisões disponíveis. O sistema já foi testado, tendo-se mobilizado uma Divisão, com resultados animadores. Mesmo antes do levantamento das unidades derivadas, os primeiros graus da mobilização permitem já a obtenção de pessoal para a guarda de pontos sensíveis, que anteriormente consumiam efectivos substanciais às unidades.

Note-se, como curiosidade, que não há nada de verdadeiramente novo nas regras enunciadas, que podem condensar-se nos verdadeiros princípios

⁽⁴⁾ Defesa Operacional do Território.

da guerra — economia e concentração de meios, relação meios-objectivos, liberdade de acção, e vontade —, mas que se regista uma procura de adequação das disponibilidades às necessidades de defesa, nos quadros geográfico, político e estratégico concebidos.

Mercê desta nova organização existem hoje, em tempo de paz, as seguintes unidades operacionais:

- 1 Comando de Exército de Campanha com os seus elementos orgânicos, de que se destacam unidades de guerra electrónica, de fogos nucleares, de helicópteros, de artilharia, de engenharia e de transportes;
- 3 Comandos de Corpo de Exército, com os respectivos elementos orgânicos, de que se destacam, por C. E., 1 Brigada Logística e unidades de transmissões, reconhecimento, helicópteros, infantaria, engenharia, artilharia antiaérea, transportes e de fogos nucleares;
- 8 Divisões Blindadas, a cerca de 150 carros de combate, tendo como principais unidades 2 regimentos de carros, 2 regimentos de infantaria, 1 regimento de artilharia, 1 regimento de engenharia e 1 regimento de apoio de serviços;
- 7 Divisões de Infantaria (sendo 1 pára-quedista e 1 alpina) tendo como principais unidades 3 regimentos de infantaria, 1 regimento de reconhecimento, 1 regimento de artilharia e 1 regimento de apoio de serviços.

Em tempo de crise e decretada a mobilização, além das unidades acima indicadas surgem mais 14 Divisões. Destas 14 Divisões, 10 são Divisões Derivadas, resultantes do actual sistema de mobilização, e 4 são Divisões conseguidas à custa do enquadramento rico das Escolas das diversas Armas.

Os Regimentos que dão origem às Grandes Unidades indicadas dependem de Comandos de Divisão Militar, que por sua vez estão subordinadas a Comandos de Região Militar.

As Regiões Militares que em tempo de crise se transformam em Zonas de Defesa são responsáveis, na D. O.T., pelo comando conjunto das operações no solo na sua área de responsabilidade e tanto podem actuar com as forças existentes ou levantadas na sua Zona, como serem reforçadas

com outras ou desfalcadas, consoante as necessidades globais de defesa. Os limites das Regiões Militares coincidem com os limites administrativos, existindo na administração civil um Prefeito de Zona, com o qual desde o tempo de paz se estabelece uma íntima coordenação, particularmente no campo das informações e do conhecimento mútuo dos planos de D. O. T., desde os planos de operações aos planos de protecção civil.

As Regiões Militares agrupam várias Divisões Militares, cujos limites coincidem com os das regiões económicas da divisão administrativa, que dependem de um Prefeito da Região com funções análogas às do Prefeito de Zona. A Divisão Militar em tempo de crise transforma-se em Circunscrição de Acção Regional e é responsável, prioritariamente, pela guarda dos pontos sensíveis da sua área de responsabilidade, pelo apoio logístico às forças existentes ou levantadas na Divisão Militar e pela actividade operacional determinada pela Região Militar. Dentro do princípio da fusão de comandos há já 1 Comando de Região e 8 Comandos de Divisão Militar que são respectivamente Comandos de 1 Corpo de Exército e de 8 Divisões Blindadas ou de Infantaria.

Em cada Divisão Militar existem vários Departamentos, cada um dos quais com um Prefeito Departamental, que trabalha em íntima coordenação com um Delegado Militar Departamental (oficial superior destacado da Divisão), no planeamento da protecção civil.

Do dispositivo referido e das missões dos diversos escalões se infere que existem na malha territorial comandos e unidades que estão aptos a desempenhar mais do que uma das principais tarefas de defesa e que, decretada a crise, se levantam várias Grandes Unidades de possibilidades semelhantes às Divisões de Infantaria de activo; caso se organize um corpo de batalha para actuar no T. O. Europeu ou se destaquem unidades para intervenção exterior, os comandos territoriais que sejam simultaneamente comandos de grande unidade duplicam-se, por utilização de comandantes-adjuntos e reforço dos respectivos estados-maiores, com oficiais mobilizados e preparados desde o tempo de paz para o desempenho dessas funções; e que existem duas estruturas logísticas, uma territorial centrada na Divisão Militar e outra das Grandes Unidades de manobra, quando reunidas, cujo escalão principal é o Corpo de Exército, com a sua Brigada Logística, que se prolonga nos Regimentos de Apoio de Serviços divisionários.

3.2. *A Força Aérea*

Os problemas de organização da Força Aérea são substancialmente diferentes dos do Exército, pela juventude deste Ramo, pelo seu menor empenhamento nos T. O. ultramarinos (mais fácil reconversão), pelas características dos seus meios e também pela sua antiguidade como vector estratégico independente⁽⁵⁾. A sua organização baseia-se nos princípios da permanência das missões, da dispersão, e da unidade de acção. A permanência das missões, na paz e na guerra, é consequência da necessidade da dissuasão poder dispor de imediato das forças aéreas estratégicas e da defesa aérea ter que ser garantida em todas as situações. Esta característica determina uma certa permanência na organização e uma elevada prontidão das unidades.

A dispersão, consequência lógica da elevada aptidão dos meios em concentrarem-se, consegue uma menor vulnerabilidade das unidades no solo, uma defesa aérea em superfície mais oportuna na intercepção e mais homogénea na defesa antiaérea, e um mais fácil empenhamento das formações de ataque ao solo, por maior proximidade das zonas de provável emprego e mais fácil coordenação com as forças terrestres da área.

A unidade de acção é conseguida pela coexistência de Comandos Especializados por funções, missões e meios, e por Comandos de Áreas, regionais, ligados à quadrícula. Os principais Comandos Especializados são as FAS (Força Aérea Estratégica), a DA (Defesa Aérea), o TAM (Transporte Aéreo Militar) e a FATAC (Força Aérea Táctica, focalizada para o apoio do 1.º Exército); os Regionais são os Comandos de RA (Região Aérea).

O território francês está dividido em 4 Regiões Aéreas, coincidentes com os limites das Regiões Militares, ainda que uma delas, a 2.ª Região Aérea, abranja três Regiões Militares. As principais missões da Região Aérea são a protecção das instalações da Força Aérea na sua área de responsabilidade, a defesa aérea, por delegação do Comando de Defesa Aérea, parte substancial do apoio logístico das formações existentes na sua Região, e a participação na D. O. T. com meios que desde o tempo de paz lhe estão atribuídos ou quaisquer outros colocados sob o seu

(5) Recorde-se que a FAS (Força Aérea Estratégica) foi a primeira força nuclear francesa.

comando. Os Comandantes das Regiões Aéreas não acumulam com qualquer comando especializado, excepto o Comandante da 1.^a Região Aérea que é, como será lógico supor-se pelo seu posicionamento geográfico, o Comandante da FATAC. Dos Comandos de Regiões Aéreas dependem as Bases Aéreas e outras infra-estruturas deste Ramo, situadas na sua área de responsabilidade, excepto o Comando de Mísseis Estratégicos do planalto de Albion, que se comporta como uma Divisão Militar em relação à 5.^a Região Militar.

Do dispositivo referido e das missões dos diversos comandos infere-se que as Regiões Aéreas comandam as Bases e outras infra-estruturas da Força Aérea nas suas áreas, ainda que nelas existam formações que dependam dos Comandos Especializados; que os Comandos Especializados têm a seu cargo determinadas missões adequadas aos seus meios, podendo no entanto os Comandantes das Regiões Aéreas actuar com meios atribuídos ou outras formações desses Comandos (excepto da FAS) que sejam colocados sob a sua autoridade; que a coincidência geográfica com as Regiões Militares facilita a coordenação e o exercício do comando; e que, tendo a Região Aérea grandes responsabilidades logísticas, compete todavia aos Comandos Especializados a execução dos primeiros escalões de manutenção das suas respectivas formações.

3.3. *A Marinha*

A organização territorial da Marinha depende também, como é óbvio, da sua especificidade. Dos princípios que a regem poderão salientar-se a permanência de missões, o agrupamento dos meios, e a flexibilidade.

A permanência das missões, na paz e na guerra, semelhantemente ao que se passa com a Força Aérea, resultam das necessidades da dissuasão, aumentadas pelo facto de o S. N. L. E. ⁽⁶⁾ ser actualmente o vector estratégico de maior credibilidade e da constância das acções de patrulhamento e reconhecimento. Estes factos determinam a existência de Comandos Operacionais desde o tempo de paz.

O princípio do agrupamento de meios, por missões e áreas geográficas, resulta da existência de duas fachadas marítimas, a atlântica e a

⁽⁶⁾ Submarino Nuclear de Lançamento de Engenhos.

mediterrânica, bastante afastadas em milhas náuticas, e das características físicas e militares desses dois ambientes.

A flexibilidade apresenta-se como moderador da rigidez do princípio anterior, reflectindo-se na possibilidade de transferência de meios de um para outro dos ambientes e numa legislação adequada para o exercício do comando. Como consequência destes princípios, surgem-nos três tipos de comandos: os grandes Comandos Operacionais, os Comandos Territoriais e os Comandos Orgânicos.

Os grandes Comandos Operacionais são a FOST (Força Oceânica Estratégica), o CECLANT (Comando em Chefe do Atlântico) e o CECMED (Comando em Chefe do Mediterrâneo). A FOST dispõe dos SNLE, de que algumas unidades estão, em permanência, em condições de lançar os seus mísseis nucleares e que, como se referiu, são actualmente o vector com maior credibilidade, dada a «opacidade» e vastidão do meio em que se movem. Como todos os outros meios nucleares estratégicos, dependem directamente do CEMA, apesar do emprego das armas estar sujeito à decisão do Presidente da República. O CECLANT existe também desde o tempo de paz, em Brest, e exerce a sua acção em tempo de guerra sobre todo o T. O. Atlântico. Dispõe em princípio de 1 esquadra, de 1 flotilha, e do comando operacional dos meios aéreos de patrulhamento marítimo e dos submarinos de ataque que actuem na sua área de responsabilidade. O CECMED, com sede em Toulon, exerce a sua acção em tempo de guerra sobre T. O. Mediterrânico e dispõe de formações semelhantes às indicadas para o CECLANT.

Os Comandos Territoriais dependem dos Prefeitos Marítimos, que são os depositários da autoridade do Estado, nas respectivas zonas, função que com maior ou menor implementação lhes vem desde o tempo do 1.º Cônsul; asseguram o apoio logístico das forças situadas na sua zona; e são responsáveis pela defesa do território da sua Prefeitura Marítima. Para o cumprimento desta última missão eles respondem pela defesa marítima, que se exerce mesmo para além da ZEE, efectuando o esforço sobre as principais rotas de aproximação; são responsáveis pela defesa territorial do litoral, em áreas bem definidas, exercendo o comando conjunto sobre as forças que aí actuem, dependendo para este efeito do Comandante da Região Militar; e, em coordenação com a Força Aérea, são responsáveis pela defesa do espaço aéreo na sua zona marítima.

Existem três Comandos Territoriais: **PREMAR 1**, cuja zona vai da fronteira Belga ao Mont St. Michel; **PREMAR 2**, que é simultaneamente o **CECLANT** e cuja zona vai do limite anterior à fronteira espanhola na Biscaia; e o **PREMAR 3**, que é simultaneamente o **CECMED** e cuja zona vai da fronteira espanhola no Mediterrâneo à fronteira italiana.

Existem também 3 Comandos Orgânicos, função da especialidade de certos meios, sendo a sua principal missão a preparação e treino das forças: o **ALPA** (Almirante de Porta-Aviões), responsável pelos meios aéreos embarcados e que depende do comando da esquadra do Mediterrâneo; o **ALPATMAR** (Almirante do Patrulhamento Marítimo), responsável pelos meios aéreos da Marinha, com base em terra; e o **ALSOUMATT** (Almirante dos Submarinos de Ataque) que depende da **FOST**.

Do dispositivo e comandos indicados parece de salientar a fusão de duas Prefeituras Marítimas com dois dos três grandes Comandos Operacionais; a existência de conjuntos distintos, o que obriga à existência de grandes comandos para missões globais, mas também de Comandos Orgânicos que incidem a sua acção sobre a preparação de certos meios específicos; e as missões das Prefeituras Marítimas que excedem a defesa do território e o apoio logístico das forças, para desempenharem um serviço público de características não militares.

3.4. *A Gendarmaria*

Cremos não dever terminar esta apresentação da organização territorial das Forças Armadas sem uma nótula breve sobre a Gendarmaria, dado o valor desta organização para a defesa. Com efeito, ela tem desde o tempo de paz cerca de 80 000 homens e duplica os seus efectivos em caso de mobilização; em tempo de paz trabalha especialmente em proveito das autoridades administrativas e judiciais, mas em tempo de crise depende do Comando das Forças Militares da D. O. T., desempenhado assim, entre outras, missões de vigilância e protecção de pontos sensíveis, de segurança nos deslocamentos e de intervenção; e, além de bem equipada para a multiplicidade das tarefas que pode desempenhar (dispõe até de meios aéreos e navais), ela é em tempo de paz quase totalmente profissionalizada (75 000 profissionais e 5000 gendarmes auxiliares do contingente geral). Como princípios que estão na base da sua organização parece podermos

destacar a sua ubiquidade, a sua «intimidade» com as autoridades civis e militares e a sua operacionalidade em tempo de paz, de crise, ou de guerra.

4. CONCLUSÕES

Do panorama descrito julgamos poder apresentar as seguintes conclusões:

- A organização territorial francesa é coerente com a doutrina estratégica existente, compatível com os três cenários de possível empenhamento das forças e intimamente ligada à organização administrativa;
- A organização territorial francesa procura servir com o mínimo de alterações as situações de paz, de crise e de guerra;
- Cada ramo das Forças Armadas tem uma organização territorial diferenciada da dos outros ramos, de acordo com a sua especificidade;
- Procura atenuar-se a complexidade das organizações territoriais pela coordenação estreita a vários níveis e pela definição clara da hierarquia e das missões;
- Apesar de esta organização territorial parecer responder às necessidades da França, ela não é decerto um modelo, mas contém forçosamente pistas que devem merecer a nossa reflexão.

António Eduardo Q. Martins Barrento

Tenente-coronel
Professor do IAEM